

# PROJETO “ORGANIZAÇÃO DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DA JUSTIÇA FEDERAL - 2ª REGIÃO”

Gladys Sabina Ribeiro

Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense

Este projeto enquadra-se no *Programa de Preservação da Memória Institucional da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro*. De forma geral, pretendeu-se identificar e efetuar a descrição arquivística dos volumes documentais produzidos e recebidos sob custódia da Seção Judiciária do Rio de Janeiro; recuperar a integridade física do acervo, mediante restauração e adoção de procedimentos de conservação preventiva; implantar um banco de dados eletrônico que atendesse a recuperação de informações pertinentes à memória institucional, bem como a gestão documental.

Visou-se mais do que produzir um catálogo ou um inventário. A finalidade precípua do projeto foi criar um instrumento eletrônico que possibilitasse a recuperação, através de base de dados disponível na internet, das informações existentes nos processos da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O resultado pode ser conferido no endereço eletrônico <http://www.jfrj.gov.br/wwwisis/sjrj.01/form.htm>.

No sentido acima, além das observações arquivísticas, tais como descritores, registramos igualmente outras informações para além do tipo de ação, do réu, do autor e do juiz. Levando em consideração que a base deverá ajudar o pesquisador ou operador da Justiça a recuperar informações com finalidades variadas, descrevemos em campo específico a história do processo. Aí registramos também as leis ou artigos do Código ou da Constituição que embasam o pleito, a defesa e/ou acusação, outras leis pertinentes e a jurisprudência, bem como o andamento do processo, a sentença final e o juiz da sentença. Se houve recurso, embargo ou agravo, tudo isso também foi devidamente anotado, bem como os votos dados pelos relatores, caso o processo tenha ido ao STF. Ainda neste campo, chamamos atenção para termos relevantes (e de época), assim como conceitos. Essas palavras e temas históricos de interesse na atualidade são marcados com “pliques” (<>). Estes poderão auxiliar a indexação e até mesmo a confecção de um vocabulário de palavras controladas.

Em outro campo, intitulado “âmbito e conteúdo”, descrevemos os documentos apensados ao processo, tais como recibos, notas, apólices e outros. Contudo, esta descrição não tem somente o cuidado de registrar o tipo de documento, mas igualmente as datas, quem emitiu o documento, a que se referia o documento, qual o endereço, quem o assinava e para quem era destinado. Registramos procurações, com os tabeliões

e seus endereços, bem como os substabelecimentos. Através desse campo podemos recuperar séries documentais vastas e até mesmo inéditas para a historiografia. Propiciamos, por exemplo, acompanhar a evolução de preços de gêneros, salários e imóveis nos quatro cantos do Brasil, ao longo do período compreendido pelo acervo. Traz igualmente plantas de desapropriação ou de extensão de serviços nas cidades, ou mesmo demandas trabalhistas com mapas de soldadas pedidas judicialmente ou defesas de comandantes de navios por protestos feitos, que contam muito da vida do mar, dos trânsitos, das cargas e dos contrabandos.

A seguir, em campos separados, identificamos as “entidades coletivas”, os “identificadores pessoais” (pessoas relacionadas ao processo, tais com advogados, com seus endereços, procuradores, promotores, escrivães, chefes de polícia, ministros, presidente da República, etc.) e “identificadores de localização geográfica” (endereços, cidades, vilas, países).

O que se visou foi, portanto, à elaboração de um poderoso instrumento de resgate de informações fundamentais para a reconstrução de aspectos da História do Brasil, da História da Justiça Federal, do Poder Judiciário, das instituições públicas em geral, da evolução do Direito e do pensamento jurídico no Brasil, oferecendo à comunidade acadêmica este acervo organizado para a pesquisa.

Até o presente momento, este projeto - que é ímpar na área do Judiciário - foi desenvolvido em duas fases. A primeira delas começou em julho de 2004 e durou até julho de 2005. Dela constaram todos os processos existentes naquele acervo, no lapso temporal de 1890 a 1937. Após a triagem do material, chegou-se a um número aproximado de 15 mil processos para esta fase. Já a segunda fase, que começou em janeiro de 2006, foi finalizada em dezembro de 2007. Por acordo estabelecido em projeto firmado entre o TRF - 2ª Região e a UFF, estão sendo trabalhadas as ações cíveis, penais e ordinárias coletivas, o que equivale a um quantitativo de mais de 20 mil processos. As demais ações, que são em número bem maior do que este registrado, foram separadas para trabalho posterior. Portanto, ao final das duas fases acima descritas, foram trabalhados 35 mil processos, o que significa dizer que foram higienizados, acondicionados e identificados de acordo com a metodologia brevemente descrita aqui.

Resta dizer que este projeto foi composto por uma coordenação geral e quatro equipes. Uma equipe cuidou da triagem e higienização, e foi comandada por uma técnica que contou com 20 bolsistas de nível médio, recrutados em convênio com o Cefet (estágio para os alunos). A equipe de Arquivologia contou com dez bolsistas, todos graduandos em Arquivologia, sob a coordenação de duas arquivistas técnicas da universidade, além da orientação técnica local de uma arquivista superior sênior. As equipes de

História e de Direito foram supervisionadas por professores com titulação de doutorado nas respectivas áreas. Ambas tiveram de cinco a dez bolsistas ao longo do processo, de acordo com as necessidades apresentadas. Na fase final, foram contratados digitadores e revisores da base.

A importância desse projeto pode ser comprovada não somente pela organização do acervo e sua disponibilização para pesquisa - tendo gerado base de dados que pode recuperar informações em detalhes -, mas pela vastíssima produção acadêmica que gerou, e que faz parte da memória desse trabalho e consta dos currículos lattes de todos os professores e alunos envolvidos.